

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO G04	PROVA X	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
-----------------------------	--------------------------	---



DATA: 29/11/2009
DOMINGO - TARDE

Gestor Ambiental
Gestão Administrativa

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“A vitória cabe ao que mais persevera.”
Napoleão Bonaparte

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso Público.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funccab.org, no dia 01/12/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



BOA PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Amazônia para sempre

CARTA ABERTA DE ARTISTAS BRASILEIROS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo. Não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao Planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do Planeta.

Depois de tombada na sua pujança, estuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias. Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem/natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta “pelo direito de manter nossas florestas em pé porque delas dependemos para viver”, mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.

Como no passado, enxergamos a Floresta como um obstáculo ao progresso, como área a ser vencida e conquistada. Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são o símbolo da nossa incapacidade de compreender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratá-lo.

Um país que tem 165 000 km² de área desflorestada, abandonada ou semiabandonada, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais.

Portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º, do Artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê:

“A Floresta Amazônica é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que **asseguem a preservação do meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

Assim, deve-se implementar em níveis Federal, Estadual e Municipal A INTERRUPÇÃO IMEDIATA DO DESMATAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA. JÁ!

É hora de enxergarmos nossas árvores como monumentos de nossa cultura e história.

SOMOS UM POVO DA FLORESTA!

*Texto: Juca de Oliveira / Idealização e projeto:
Christiane Torloni e Victor Fasano.
Disponível em: www.amazoniaparasempre.com.br*

1. Assinale a opção que apresenta respectivamente os sinônimos das palavras grifadas nos trechos abaixo.

“...é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo...”

“Depois de tombada na sua pujança...”

“...mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.”

- A) oculto - força - conflitos por terras.
- B) dissimulado - riqueza - sagacidades.
- C) manipulado - glória - epopeias.
- D) gerado - copa - histórias comoventes.
- E) produzido - robustez - narrativa rica de incidentes.

2. Nesse manifesto, qual o objetivo dos autores?

- A) Alertar as autoridades para o que vem acontecendo na Amazônia e oferecer a imagem de artistas globais em propagandas contra o desmatamento.
- B) Exigir das autoridades brasileiras medidas que favoreçam o desmatamento e contribuam para o extermínio dos devastadores.
- C) Fomentar a revolução dos brasileiros e divulgar o Artigo 225 da Constituição Federal, que vem sendo ignorado pelas autoridades brasileiras.
- D) Protestar contra a devastação da Amazônia e reivindicar a preservação da floresta, que representa um patrimônio nacional.
- E) Desacelerar o processo de devastação ambiental e punir os responsáveis pela derrubada de árvores e queimadas na região da Amazônia.

3. “Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo.” Neste trecho, ao lado das dimensões da área desmatada, o autor acrescenta uma informação sobre a correspondência desta área com a área de alguns países e um estado brasileiro. Qual o objetivo desse recurso?

- A) Esclarecer as dimensões dos países identificados.
- B) Conferir credibilidade à informação.
- C) Valorizar as dimensões da área desmatada.
- D) Minimizar a importância da informação.
- E) Argumentar com os manifestantes.

4. No parágrafo de introdução, o uso da palavra grifada no trecho: “Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos...” provoca, no leitor, uma sensação de:

- A) revolta.
- B) estranhamento.
- C) enfado.
- D) conscientização.
- E) euforia.

5. Em: “...ateiam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.”, encontramos duas figuras de linguagem, respectivamente:

- A) metáfora e prosopopeia.
- B) metonímia e anáfora.
- C) hipérbole e metonímia.
- D) eufemismo e anáfora.
- E) ironia e catacrese.

6. Assinale a opção em que a norma culta da língua exige que o pronome entre parênteses seja colocado em posição mesoclítica, como em “...e sua utilização far-se-á, na forma da lei...”

- A) Diria que a situação vai mudar. (se)
- B) Em tratando de devastação ambiental, ocupamos lugar de destaque. (se)
- C) Perdia de vista a floresta. (se)
- D) Solicitaram os documentos necessários para a entrada no país. (me)
- E) Muitos julgavam o líder do grupo. (o)

7. Na conclusão, a pontuação (ponto de exclamação) confere ao texto:

- A) coerência.
- B) subjetividade.
- C) coesão.
- D) sentido.
- E) objetividade.

8. Assinale a opção em que a oração reduzida, grifada no trecho abaixo, foi corretamente desenvolvida.

“...abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.”

- A) ...segundo semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- B) ...para que semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- C) ...mesmo que semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- D) ...quando semeiam capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- E) ...que semeiam capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.

9. As palavras grifadas no trecho abaixo pertencem, respectivamente, às seguintes classes gramaticais:

“Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável.”

- A) adjetivo - artigo - preposição - adjetivo.
- B) substantivo - artigo - preposição - advérbio.
- C) adjetivo - artigo - conjunção - substantivo.
- D) adjetivo - pronome - conjunção - substantivo.
- E) substantivo - preposição - conjunção - adjetivo.

10. Os gêneros *manifesto* e *carta aberta* são muito próximos, pois ambos são utilizados para a manifestação pública de opiniões ou reivindicações. Já o documento que registra as ocorrências de uma reunião, assembleia ou evento, tanto de entidade pública como privada denomina-se:

- A) requerimento.
- B) carta comercial.
- C) ata.
- D) memorando.
- E) ofício.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Qual das alternativas a seguir contém a sigla de uma tecnologia de transmissão digital de dados que permite conectar um computador à Internet?

- A) IDE.
- B) ADSL.
- C) IEEE.
- D) SATA.
- E) RAM.

12. Qual é a ordem de grandeza da capacidade de armazenamento, em megabytes (MB), de um CD-ROM de tamanho padrão (12 cm de diâmetro)?

- A) 10^6 MB.
- B) 10^5 MB.
- C) 10^4 MB.
- D) 10^3 MB.
- E) 10^2 MB.

13. Marque a alternativa que contém um protocolo usado na Internet para o envio de e-mails.

- A) FTP.
- B) SMTP.
- C) HTTP.
- D) EP.
- E) EMP.

14. Marque a alternativa que NÃO corresponde a uma distribuição do Linux.

- A) Leopard.
- B) Red Hat.
- C) Slackware.
- D) Fedora.
- E) Ubuntu.

15. A figura a seguir apresenta a caixa de diálogo **Opções**, pertencente ao menu **Ferramentas** do Mozilla Firefox.



A partir de qual opção desta caixa de diálogo é possível bloquear ou desbloquear janelas *popups*?

- A) Principal.
- B) Conteúdo.
- C) Privacidade.
- D) Segurança.
- E) Avançado.

16. Sejam as seguintes assertivas sobre os tipos de licença GNU, publicados pela FSF (*Free Software Foundation*):

- I. O propósito da licença FDL é permitir que manuais, livros e outros tipos de documentos sejam usados livremente, assegurando a qualquer um a efetiva liberdade de copiar e redistribuir conteúdo sob este tipo de licença.
- II. A LGPL é usada principalmente para as bibliotecas de software.
- III. O OpenOffice é distribuído sob a licença LGPL.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- D) As assertivas I, II e III são falsas.
- E) As assertivas I, II e III são verdadeiras.

17. Qual comando Linux permite, a partir da linha de comando, exibir os nomes dos arquivos existentes em um diretório?

- A) If
- B) dir
- C) ls
- D) fl
- E) df

18. Sejam as seguintes assertivas sobre o sistema operacional Linux:

- I. O GNOME é um projeto internacional que provê um software de gerenciamento de desktop presente em várias distribuições do Linux.
- II. O comando **rm** é usado para alterar o nome de um arquivo.
- III. O comando **cp** é usado para copiar um arquivo.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- D) As assertivas I, II e III são falsas.
- E) As assertivas I, II e III são verdadeiras.

19. O ícone a seguir pertence à barra de formatação do BrOffice 3.1:



Sua função é abrir o diálogo:

- A) de formatação de página.
- B) de formatação de figura.
- C) de formatação de fórmulas matemáticas.
- D) de estilos e formatação.
- E) de formatação de hyperlink.

20. A figura a seguir exibe as principais opções de menu do BrOffice Calc 3.1:



Em qual delas encontra-se a função **Proteger documento**?

- A) Editar.
- B) Inserir.
- C) Formatar.
- D) Ferramentas.
- E) Dados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

21. A Constituição Federal de 1988 trouxe relevante melhoria em relação às questões ambientais, principalmente em seu Artigo 225, assim descrito: *Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas."* Marque a alternativa correta em relação ao desenvolvimento sustentável.

- A) A fragmentação de corredores ecológicos contribui para a busca incessante do desenvolvimento sustentável.
- B) O processo de eutrofização que atualmente vem ocorrendo em boa parte dos rios brasileiros contribui para a efetividade do direito expresso neste fragmento da Constituição Federal de 1988.
- C) A participação efetiva das comunidades autóctones no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis é imprescindível para a proteção dos ecossistemas.
- D) O manejo sustentável de ecossistemas naturais possui como característica básica o preservacionismo em detrimento ao conservacionismo.
- E) O referido artigo da Constituição Federal de 1988 representou um incipiente avanço no que tange à legislação ambiental brasileira no final da década de 80 relacionada ao setor agrícola.

<p>22. Um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é:</p> <p>A) estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental. B) subsidiar poluidores e predadores para que estes possam recuperar os danos causados ao meio ambiente. C) manter em sigilo as novas tecnologias de manejo do meio ambiente. D) a concessão de selo verde para empreendimentos sustentáveis. E) desenvolver pesquisas e tecnologias internacionais voltadas para a conservação dos recursos naturais renováveis dos biomas brasileiros.</p>	<p>26. Marque a alternativa que representa um empreendimento considerado como de utilidade pública.</p> <p>A) O manejo sustentável de recursos naturais renováveis. B) Prevenção, combate e controle do fogo nos ecossistemas naturais. C) A regularização fundiária em áreas urbanas. D) A implantação de obras de infraestrutura de saneamento, de transportes e de energia. E) As atividades de pesquisa e extração de minerais tais como a areia, a argila e o cascalho, previamente outorgadas pela autoridade competente.</p>
<p>23. Marque a alternativa que representa um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, segundo a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</p> <p>A) A diminuição de impostos para incentivar a compra de veículos movidos a álcool. B) A criação de linhas de crédito voltadas para a implementação de projetos a serem executados por organizações não governamentais relacionadas com a proteção do meio ambiente. C) A avaliação de impactos ambientais. D) A criação de unidades de conservação em áreas degradadas. E) O incentivo à deposição de resíduos sólidos em aterros controlados.</p>	<p>27. Marque a alternativa que representa um instrumento da Política Nacional dos Recursos Hídricos.</p> <p>A) Modelagem ambiental. B) Análise das alternativas de uso e ocupação do solo. C) O zoneamento ambiental. D) O incentivo à criação de organizações não governamentais ligadas à proteção dos recursos hídricos. E) Os Planos de Recursos Hídricos.</p>
<p>24. Marque a alternativa que representa uma das competências do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, conforme a Lei Estadual nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987.</p> <p>A) O impedimento da regeneração natural de ecossistemas degradados pelas atividades e empreendimentos humanos. B) O subsídio às organizações não governamentais para a gestão ambiental de unidades de conservação, objetivando a terceirização dos serviços públicos relacionados com a manutenção de áreas protegidas. C) A criação de unidades descentralizadas de gestão ambiental em todas as cidades do estado do Ceará. D) A privatização dos serviços de concessão de licenças ambientais. E) O estabelecimento de critérios e padrões relativos à qualidade do Meio Ambiente.</p>	<p>28. Um dos objetivos do enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, conforme a Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é:</p> <p>A) diminuir os custos de combate e controle da poluição das águas, por meio de ações preventivas permanentes. B) aumentar o valor a ser cobrado pelo consumo de água considerado exagerado. C) coibir sistematicamente a pesca ilegal. D) incentivar o manejo sustentável de espécies da ictiofauna. E) priorizar a construção de reservatórios artificiais de água para o abastecimento público.</p>
<p>25. Marque a alternativa correta em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.</p> <p>A) Conservação <i>in situ</i> pode significar a manutenção de germoplasma de espécies vegetais armazenados em viveiros ou câmaras frias. B) Uso indireto pode ser conceituado como aquele que envolve a exploração dos recursos naturais, por meio da coleta, destruição ou dano, com fins comerciais ou de subsistência. C) Um dos objetivos da preservação ambiental é prevenir a simplificação de sistemas naturais. D) Conservação pode ter como sinônimo a intocabilidade. E) Nas reservas biológicas pode ocorrer o extrativismo de recursos naturais renováveis com fins comerciais.</p>	<p>29. Marque a alternativa que representa uma área de preservação permanente, conforme o Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.</p> <p>A) Faixa de 30 (trinta) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura. B) As vegetações localizadas na zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral. C) As porções de Cerrado localizadas no Planalto Central. D) Áreas em taludes com declividade superior a 35°. E) Florestas e demais formas de vegetação que possam atenuar a erosão das terras e fixar dunas.</p>
	<p>30. Constitui um dos princípios básicos da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.</p> <p>A) O enfoque reducionista. B) A concepção do meio ambiente em sua especificidade. C) A criação de lacunas ou descontinuidade no processo educativo. D) O incentivo à prática de atividades esportivas. E) A abordagem integrada dos aspectos ambientais em nível regional, nacional e global.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com o Artigo segundo da Lei n° 10.650, de 16 de abril de 2003, os órgãos e entidades da Administração pública integrantes do SISNAMA são obrigados a permitir o acesso público aos documentos que tratem de matéria ambiental e fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, especialmente as relativas à:

- A) políticas, planos e programas potencialmente causadores de impactos ambientais e líquidos contendo elementos oxidantes biológicos.
- B) emissões de efluentes líquidos e gasosos, produção de resíduos sólidos, substâncias tóxicas e perigosas e diversidade biológica.
- C) organismos geneticamente modificados, produtos transgênicos e substâncias biodegradáveis ou solúveis em água.
- D) acidentes, situações de risco ou de emergências ambientais, transportadoras interestaduais e rodovias federais comerciais.
- E) resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição, de atividades poluidoras e custos de remediação.

32. Segundo a Lei n° 10.650, terá acesso às informações de que a mesma trata, mediante requerimento por escrito, ao assumir obrigações de não utilizar as informações comercialmente, o seguinte caso:

- A) órgãos participantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, assegurando os termos de sigilo industrial e comercial.
- B) advogados e funcionários do poder judiciário para embasar causas e processos civis e penais em andamento.
- C) indivíduos quaisquer, de qualquer formação e função profissional, independente da comprovação de interesse específico.
- D) pessoas com formação técnica pertinente à área ambiental envolvidas em planos e programas governamentais.
- E) pesquisadores e autoridades públicas, na exigência de prestação de resultados periódicos das entidades privadas.

33. Segundo a Lei n° 10.650, deverão ser publicados em diário oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso, listagens e relações contendo os dados referentes aos seguintes assuntos:

- A) pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão e reincidências em infrações ambientais.
- B) recursos interpostos em processo administrativo ambiental, respectivas decisões e outorgas de utilização de água.
- C) registro de apresentação de estudos de impacto ambiental, sua aprovação ou rejeição e custos de licenciamento e ajustamento.
- D) pedidos e licenças para supressão de vegetação e análises de compatibilidade com a legislação de outros estados.
- E) autos de infrações e respectivas penalidades impostas pelas organizações não governamentais envolvidas no processo.

34. O termo “*dumping ecológico*” presente nas discussões globais sobre meio ambiente e comércio internacional, devido à importância que o tema tem assumido no âmbito empresarial refere-se à:

- A) reunião da cúpula ambiental global para debater os efeitos causados pela industrialização não fiscalizada nos países não desenvolvidos.
- B) internacionalização dos custos ambientais em graus diferentes no interior de duas economias nacionais que tem relação comercial.
- C) participação de grandes empresas mundiais no processo de evolução ambiental e de relações de exportação em países em desenvolvimento.
- D) ação de países pioneiros na defesa de causas ecológicas instaladas em países com maior deficiência de qualidade urbana e sanitária.
- E) exteriorização de políticas comerciais para exportação entre estados com mesma condição ambiental de legislação e fiscalização.

35. A agenda inicial formulada para a discussão pelo Comitê de Comércio e Meio Ambiente, criado pela Organização Mundial do Comércio, inclui pontos considerados como os mais representativos na época dentre aqueles que eram de sua competência, como:

- A) criação de dispositivos para o sistema uniforme do comércio com respeito a ocultar as medidas comerciais usadas com fins ambientais de ajustamento de conduta.
- B) associação entre políticas ambientais pertinentes às indústrias e medidas ambientais com efeitos tarifários significativos e os dispositivos unilateral do comércio.
- C) comunicação entre o sistema multilateral do comércio e aplicação de multas ambientais, excluindo regulamentações técnicas e normas, embalagem e reciclagem.
- D) relação entre os dispositivos do sistema multilateral de comércio e as medidas comerciais com fins ambientais, incluindo aquelas relativas a acordos ambientais multilaterais.
- E) apresentação de medidas e exigências ambientais de proteção com efeitos significativos sobre os locais com vulnerabilidades legal e ambiental para uso contínuo.

36. De acordo com o Artigo segundo da Resolução CONAMA n° 9, de 03 de dezembro de 1987, a audiência pública ocorrerá, sempre que julgar necessário, ou quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por um grupo de cidadão com um número mínimo de:

- A) 20
- B) 40
- C) 50
- D) 60
- E) 70

37. Segundo o Artigo quarto da resolução CONAMA 237, compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o Artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, como:

- A) localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.
- B) executadas em um estado cujos impactos ambientais indiretos não ultrapassem os limites territoriais do país ou de um ou mais estados.
- C) destinadas a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material de mineração, em qualquer estágio, ou que utilizem energia de fontes não renováveis.
- D) definidas como participantes da listagem definida pelo relatório das Nações Unidas como prioridade para a busca do desenvolvimento sustentável.
- E) reservadas para uso particular da união aliada ao interesse privado da região dentro da análise comercial estratégica definida pela política estadual.

38. O princípio do documento que evidencia e divulga externamente o desempenho da organização, em termos de realizações inerentes a projetos sociais e à preservação do meio ambiente, que permite aos usuários formar a sua opinião a respeito da empresa é:

- A) comparabilidade.
- B) regularidade.
- C) veracidade.
- D) relevância.
- E) verificabilidade.

39. Os mecanismos de controle ambiental para adequar a disposição de resíduos no solo em aterros sanitários licenciados possuem em seus sistemas de implantação e operação atividades como:

- A) criar uma conformação geométrica com barreiras ao redor do aterro e expulsar os gases gerados diretamente para a atmosfera.
- B) dispor resíduos de classes e composições diferentes na mesma célula para aumentar a vida útil de operação do aterro.
- C) inspecionar a entrada dos resíduos no aterro através de pesagem e retirar sistemas de drenagem para eliminar recalques agressivos.
- D) impermeabilizar o solo com mantas geossintéticas e cobrir os resíduos compactados de forma a evitar a presença de vetores.
- E) criar um sistema de acumulação do efluente líquido e lançar no sistema de captação público de efluentes para tratamento.

40. De acordo com as metodologias de planejamento ambiental desenvolvidas e difundidas nas três últimas décadas, destacam-se, na linha de demanda, os seguintes métodos:

- A) Hills e McHarg.
- B) Johns e Tricart.
- C) Lynch e Falque.
- D) Louis e Vermont.
- E) Lewis e Steinitz.

41. O zoneamento ecológico-econômico como uma proposta eficaz ao tratamento dual ecologia-desenvolvimento e, ao mesmo tempo ou e, ainda, uma proposta de mudança de parâmetros, colocando o meio ambiente como ferramenta básica no trato desenvolvimentista deve obedecer a diretrizes como:

- A) análise de interesses privados de ocupação dos espaços geoeconômicos envolvidos e avaliação da sustentação ecológica, econômica e social.
- B) definição físico-ecológica e caracterização vocacional de zonas e subzonas intrarregionais, com base nas similaridades e contrastes entre potencialidades, limitações, tendências e rigidez locacional.
- C) implantação de um sistema de captação de recursos para o financiamento de atividades que atuam fora das regulamentações legais e necessitam ajustar a sua conduta ambiental.
- D) estabelecer critérios e prioridades em sentido oposto às tendências de uso e a favor do preenchimento estratégico comercial atendendo às necessidades logísticas da região.
- E) desenvolver e enunciar diretrizes de políticas públicas estaduais e traçar um diagnóstico comparativo mediante as elaboradas e adotadas pela política ambiental mundial.

42. Considerando o Artigo 19 da resolução 237/97 que fala sobre os fundamentos da suspensão ou do cancelamento da licença expedida, pode-se afirmar que ocorrerá quando houver:

- A) superveniência de riscos para a saúde e para o meio ambiente.
- B) omissão ou falsa descrição de informação relevante e superveniência de graves riscos para a saúde e para o meio ambiente.
- C) violação ou adequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- D) renovação de licença de operação 60 dias antes de seu término.
- E) renovação de licença de operação 120 dias antes de seu término.

43. Considerando a resolução 237/97 o que pode-se afirmar:

- A) se pode aprovar a localização de um projeto se houver o devido estudo prévio das alternativas de localização.
- B) o arquivamento do processo de licenciamento impedirá a apresentação de novo requerimento de licença.
- C) o prazo de validade da Licença Prévia (LP) de um empreendimento é inferior a 10 (dez) anos.
- D) o prazo de validade da Licença de Instalação (LI) de um empreendimento é inferior a 10 (dez) anos.
- E) o prazo de validade da Licença de Operação (LO) de um empreendimento é no mínimo de 2 (dois) anos.

44. Considerando a resolução 001/86 pode-se afirmar:

- A) dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: ferrovias e linhas de transmissão de energia elétrica acima de 138 kV.
- B) o EIA deve considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação também nas áreas fora de influência do projeto, e sua compatibilidade.
- C) o diagnóstico ambiental da área de influência de um projeto deve ter completa descrição e análise do meio físico, meio biológico e os ecossistemas naturais.
- D) o município não poderá fornecer instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades de um projeto e características ambientais de uma área, na execução de um EIA.
- E) o estudo de impacto ambiental deve considerar a bacia hidrográfica na qual se localiza AID e a AII.

45. Considerando a outorga de concessão em atividade de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural o que pode-se afirmar:

- A) cabe exclusivamente ao Poder Executivo Federal o licenciamento ambiental.
- B) o licenciamento ambiental de que trata o Artigo 10 da Lei nº 6.938 de agosto de 1981 não depende de homologação da SEMA.
- C) os reservatórios de petróleo e gás, associados ou não, podem ser explorados sem sua conservação.
- D) a fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental não poderão ser exercidos pelos municípios.
- E) não dispensa o licenciamento ambiental.

46. Em que época surgiu o conceito de economia ambiental?

- A) primeira metade do século XIX.
- B) segunda metade do século XIX.
- C) segunda metade do século XX.
- D) primeira metade do século XX.
- E) primeira metade do século XXI.

47. A técnica de estimativa dos custos sociais pelo valor da propriedade tem como objeto:

- A) a severidade dos objetivos das políticas sociais.
- B) a rapidez de realização dos programas sociais.
- C) comparar os preços de imóveis em áreas atingidas por poluição e novos empreendimentos.
- D) determinar os preços implícitos de certas características da propriedade.
- E) os lucros cessantes.

48. O que se pode afirmar sobre o critério de compensação de Kalder-Hicks?

- A) Uma proposta é eficiente se a soma de benefícios for maior que a dos custos, seja quem for o ganhador e perdedor.
- B) É uma contaminação boa.
- C) Valorização dos benefícios positivos.
- D) O balanço custo-benefício é negativo.
- E) Ocorre a valoração ambiental.

49. Considerando o termo externalidades dinâmicas introduzido por Pearce, o que se pode afirmar é:

- A) os cálculos convencionais de receita nacional ignoram o valor do ambiente.
- B) o esgotamento dos recursos naturais é uma maneira de enriquecimento.
- C) a renda sustentável é o total máximo que pode ser consumido.
- D) trata os recursos naturais, como a água, o solo, e o ar como capital social.
- E) a análise de custo-benefício chega a ser um mecanismo para transferir os custos da contaminação no tempo para as futuras gerações.

50. Considerando a Lei nº 11.411/07 que fala sobre a política Ambiental do Estado do Ceará, pode-se afirmar que o COEMA tem a seguinte atribuição:

- A) determinar, quanto julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos e privados.
- B) sugerir à SEMACE a suspensão de atividades poluidoras, contaminadoras e degradadoras do ambiente.
- C) propor a criação de reservas e estações ecológicas.
- D) avaliar os impactos ambientais.
- E) promover pesquisas e estudos técnicos no âmbito da proteção ambiental.

<p>51. ASEMACE tem a seguinte competência especial:</p> <p>A) controlar a qualidade ambiental do Estado do Ceará, mediante levantamento e permanente monitoramento dos recursos ambientais.</p> <p>B) estabelecer os padrões de qualidade ambiental.</p> <p>C) executar a Política Estadual de Controle Ambiental do Ceará, dando cumprimento às normas estaduais de proteção, controle e utilização racional dos recursos ambientais.</p> <p>D) estabelecer o zoneamento urbano e rural.</p> <p>E) aplicar as infrações à legislação de proteção ambiental estadual.</p>	<p>55. De acordo com o regime interno da Rede Nacional sobre Informação Ambiental – Renima – o comitê Técnico Executivo será composto com o número de membros de:</p> <p>A) 15</p> <p>B) 13</p> <p>C) 12</p> <p>D) 14</p> <p>E) 16</p>
<p>52. Considerando a Política Ambiental do Estado do Ceará, as penalidades de interdição temporária ou definitiva serão aplicadas:</p> <p>A) em atividades, obras ou empreendimentos executados sem a necessária licença ambiental.</p> <p>B) quando houver multa diária.</p> <p>C) na perda ou suspensão em linhas de financiamento em estabelecimentos públicos.</p> <p>D) na instalação de uma fonte de poluição ambiental em prédio já construído.</p> <p>E) nos casos de perigo iminente à saúde pública e, a critério da SEMACE, nos casos de infração continuada.</p>	<p>56. Quais são as situações em que a lei de Orçamento não discrimina os investimentos segundo os projetos de obras e outras aplicações?</p> <p>A) Quando houver órgão central de orçamento.</p> <p>B) Caso haja subvenção sociais, as que se destinam a instituição públicas e privadas.</p> <p>C) Na compra de títulos representativos do capital de empresas.</p> <p>D) Na aquisição de imóveis, ou de bens de capital.</p> <p>E) Nos programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução de despesa poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as despesas de capital.</p>
<p>53. São funções do CNIA na Renima:</p> <p>A) promover a interface com sistemas e serviços da área de meio ambiente, identificando-os em nível municipal.</p> <p>B) prestar assistência técnica e orientação na organização das unidades de estudo.</p> <p>C) coordenar e/ou executar atividades de pesquisa e de estudos relativos ao aperfeiçoamento dos serviços de meio ambiente.</p> <p>D) disponibilizar aos membros da Renima a lista de documentos produzidos pelo CONAMA.</p> <p>E) prestar apoio técnico e de assessoramento da rede e a interface junto ao Sinima.</p>	<p>57. Quando é o caso em que o poder legislativo considera como proposta orçamentária a Lei de orçamento vigente?</p> <p>A) Na variação da dotação solicitada para despesa de custeio.</p> <p>B) Havendo concessão de dotação para instalação ou funcionamento de serviço.</p> <p>C) A proposta orçamentária não é recebida no prazo fixado nas constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.</p> <p>D) Início de uma obra, cujo projeto não esteja aprovado nos órgãos competentes.</p> <p>E) Quando não houver empenho de despesa.</p>
<p>54. Considerando as funções e competência dos Centros Cooperantes e das Unidades de Informação Especializadas do IBAMA pode-se afirmar como uma de suas atribuições:</p> <p>A) cumprir o cronograma de atividades estabelecido para o IBAMA.</p> <p>B) disponibilizar o seu acervo para empréstimo à biblioteca dos órgãos municipais de meio ambiente.</p> <p>C) proceder ao processamento de seu acervo.</p> <p>D) prestar serviços à sociedade e aos usuários da Renima, inclusive outras instituições oficiais ou particulares.</p> <p>E) disseminar as informações de interesse para a área social.</p>	<p>58. Considerando as licitações para execução de obras e para prestação de serviços as mesmas deverão obedecer à seguinte sequência:</p> <p>A) projeto executivo e execução das obras ou serviços.</p> <p>B) projeto executivo, projeto básico, planta cadastral e execução das obras ou serviços.</p> <p>C) projeto básico, planta cadastral e projeto executivo.</p> <p>D) planta cadastral, projeto básico, projeto executivo.</p> <p>E) projeto básico, projeto executivo, execução das obras ou serviços e planta cadastral.</p>

59. O projeto básico deverá abordar as seguintes questões:

- A) sociais, econômicas e locais.
- B) técnicas, financeiras, os prazos e os reflexos ambientais.
- C) temporais, locais e financeiras.
- D) climáticas, culturais, econômicas e sociais.
- E) estruturais, logísticas e econômicas.

60. Considerando o plano plurianual e a inclusão de um projeto no mesmo, o que podemos falar de seus efeitos jurídicos:

- A) não executar, caso seja fim do mandato do gestor dos recursos públicos.
- B) o plano plurianual não permite inclusão de um projeto.
- C) legitimar sua execução, independentemente do período em que tal ocorra e mesmo nos últimos dias do mandato do gestor dos recursos públicos.
- D) o PPA está subordinado a outros programas e projetos no sistema de planejamento de qualquer ente público.
- E) estabelecer limitações à expansão e implementação do projeto.